

## **REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE RISCOS DA FUNCEF**

### **CAPÍTULO I**

#### **DA FINALIDADE**

Art. 1º O presente Regimento Interno disciplina o funcionamento do Comitê de Riscos da FUNCEF (CORIS), observadas as disposições do Estatuto FUNCEF, da legislação e das normas em vigor.

Art. 2º O Comitê de Riscos é um órgão colegiado previsto estatutariamente, que se reporta ao Conselho Deliberativo da FUNCEF, possui independência em relação aos demais órgãos, que se submete à regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e tem a finalidade de assessorar o Conselho de Deliberativo e a Diretoria Executiva nas questões relacionadas à gestão de riscos.

Parágrafo único - O Comitê tem a prerrogativa de atender à determinação constante em normas sobre exigências relacionadas à gestão de riscos.

### **CAPÍTULO II**

#### **DA COMPOSIÇÃO**

Art. 3º O Comitê de Riscos será composto por 3 (três) membros titulares, observados, além da legislação aplicável, os requisitos, impedimentos e vedações previstos no Estatuto FUNCEF.

§ 1º Os membros do Comitê de Riscos serão escolhidos e nomeados pelo Conselho Deliberativo, com mandato de 3 (três) anos, sendo permitida, uma recondução, por igual período do primeiro mandato, e poderão ser destituídos mediante decisão do Conselho Deliberativo, observado o Estatuto FUNCEF e a legislação aplicável.

§ 2º O Comitê de Riscos terá 3 (três) membros externos, selecionados pelo Conselho Deliberativo a partir de processo de seleção conduzido pela área de gestão de pessoas em conjunto com a Secretaria Geral da FUNCEF.

§ 3º O Presidente do CORIS será selecionado pelo Conselho Deliberativo.

§ 4º Os membros do CORIS deverão permanecer no cargo até a efetiva nomeação do seu substituto pelo Conselho Deliberativo, salvo por motivo de força maior ou manifestação contrária do referido Conselho.

§ 5º O anterior ocupante do cargo, que já tenha recebido as reconduções mencionadas no § 1º,

só será nomeado novamente se já contar 2 (dois) anos sem ocupar o cargo de membro do Comitê de Riscos.

§ 6º No caso de vacância de membro, o Conselho Deliberativo selecionará e elegerá o substituto para completar o mandato do membro anterior.

§ 7º É indelegável o cargo de integrante do CORIS.

§ 8º Poderão participar como convidados das reuniões do CORIS qualquer dirigente, empregado da FUNCEF ou outros participantes julgados necessários, a critério do CORIS.

§ 9º Os membros do CORIS farão jus a remuneração, que será equivalente àquela devida aos integrantes do Comitê de Auditoria.

§ 10º Aos membros do CORIS, que deverão preencher requisitos de capacitação técnica compatíveis com as respectivas atribuições, será aplicado, no que couber, o disposto no art. 29 do Estatuto FUNCEF.

Art.4º A composição do Comitê de Riscos (CORIS) observará o princípio da alternância de mandatos, com o objetivo de evitar a coincidência integral do término dos mandatos de seus membros.

§ 1º Considera-se caracterizada a alternância quando os mandatos dos membros do CORIS não se encerrarem todos simultaneamente, sendo permitida a recomposição concomitante de um ou mais membros, desde que não ocorra com a totalidade dos membros do Comitê.

§ 2º Nas recomposições futuras, o Conselho Deliberativo deverá adotar as providências necessárias para manter a não coincidência integral do término dos mandatos.

§ 3º Este artigo não implica modificação da duração dos mandatos nem afeta os mandatos em curso na data de sua aprovação.

## **CAPÍTULO III**

### **DAS COMPETÊNCIAS**

Art.5º Compete ao Comitê de Riscos, sem prejuízo de outras competências legais e estatutárias:

- i. assessorar o Conselho Deliberativo na gestão de riscos, proporcionando ao Colegiado uma visão abrangente e integrada dos riscos e seus impactos para a FUNCEF e seus planos de benefícios;
- ii. avaliar propostas da Declaração de Apetite a Riscos e instrumentos de gestão de riscos da FUNCEF, bem como das correspondentes revisões;
- iii. avaliar os níveis de apetite a riscos fixados na Declaração de Apetite a Riscos e as estratégias para o seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de

- forma integrada;
- iv. avaliar o grau de aderência dos processos da estrutura de gerenciamento de riscos às políticas estabelecidas;
  - v. avaliar a observância, pela Diretoria Executiva, dos termos da Declaração de Apetite a Riscos e o cumprimento das políticas relacionadas à gestão de riscos;
  - vi. avaliar e reportar ao Conselho Deliberativo relatórios que tratem de processos de gestão de riscos;
  - vii. acompanhar, no âmbito de sua atuação, as mudanças no cenário regulatório afetas à FUNCEF;
  - viii. acompanhar, à luz de suas competências, da atuação da FUNCEF junto aos órgãos reguladores e de fiscalização em temas relacionados a gerenciamento de riscos;
  - ix. elaborar e encaminhar à deliberação do Conselho Deliberativo, até o final do terceiro trimestre de cada ano, proposta de plano de trabalho para o ano subsequente;
  - x. tomar conhecimento dos trabalhos executados pelas auditorias interna e externa pertinentes à gestão de riscos e respectivos resultados;
  - xi. coordenar suas atividades com o Comitê de Auditoria, de modo a facilitar a troca de informações, os ajustes necessários à estrutura de governança de riscos e o efetivo tratamento dos riscos a que a FUNCEF está exposta;
  - xii. estabelecer as regras operacionais para o seu funcionamento e submetê-las à aprovação do Conselho Deliberativo;
  - xiii. propor, com periodicidade mínima anual, recomendações ao Conselho Deliberativo sobre:
    - a. fixação e revisão dos níveis de apetite a riscos da FUNCEF na Declaração de Apetite a Riscos;
    - b. as políticas, as estratégias e os limites de gerenciamento de riscos;
    - c. as políticas e as estratégias para a gestão de continuidade de negócios; e,
    - d. gerenciamento de risco de liquidez dos planos de benefícios.
  - xiv. elaborar, com periodicidade anual, no prazo de (90) noventa dias, relativamente à data base de 31 de dezembro, documento denominado "Relatório do Comitê de Riscos", contendo, no mínimo, as seguintes informações:
    - a. descrição de sua composição;

- b. relato das atividades exercidas no período;
  - c. avaliação anual de seu próprio desempenho;
  - d. execução do seu Plano de Trabalho;
  - e. principais medidas recomendadas para garantir o cumprimento das políticas relacionadas à gestão de riscos e gestão de continuidade de negócios;
  - f. descrição das modificações nas políticas relacionadas à gestão de riscos e de continuidade de negócios realizadas no período e suas implicações para a FUNCEF e seus planos de benefícios.;
- xv. cumprir outras atribuições determinadas pelo Conselho Deliberativo e legislação aplicável.

§ 1º O CORIS poderá solicitar informações relacionadas às atividades técnicas e especializadas às unidades da FUNCEF para o desenvolvimento de suas atribuições, ressaltando-se que a adoção desse procedimento não o exime de suas responsabilidades.

§ 2º Nas situações previstas no § 1º acima, as unidades da FUNCEF que receberem tais solicitações deverão atendê-las no prazo delimitado pelo CORIS, que deve ser superior a 5 dias úteis, salvo situações de urgência.

## **CAPÍTULO IV**

### **DOS DEVERES DOS INTEGRANTES DO COMITÊ DE RISCOS**

Art. 6º É dever dos membros do Comitê de Riscos:

- i. comparecer às reuniões do CORIS adequadamente preparado, com as matérias previamente analisadas;
- ii. participar ativa e diligentemente dos debates prévios à apreciação da matéria;
- iii. declarar previamente à reunião, quando for o caso, que, por qualquer motivo, tem interesse particular ou conflitante com o da FUNCEF quanto a determinada matéria submetida à sua apreciação, abstendo-se de sua presença no momento da discussão e voto;
- iv. zelar pela adoção de boas práticas de governança corporativa;
- v. compreender, de forma abrangente e integrada, os riscos que podem impactar os planos de benefícios da FUNCEF;
- vi. entender as limitações e as incertezas relacionadas à avaliação dos riscos, aos modelos, mesmo quando desenvolvidos por terceiros, e às metodologias

utilizadas na estrutura de gerenciamento de riscos;

Art. 7º Os membros do CORIS terão independência no exercício de suas atribuições, devendo manter sob caráter de confidencialidade as informações recebidas.

Art. 8º Além de seus membros, a Diretoria Executiva, o Diretor-Presidente e o Diretor de Administração e Controladoria poderão encaminhar informações ou matérias para avaliação do CORIS, observada a sua competência legal, estatutária e deste Regimento.

Art. 9º Aplica-se aos membros do CORIS o disposto no Estatuto, no Código de Conduta e Ética e nos normativos internos da FUNCEF, além da legislação em vigor.

## **CAPÍTULO V**

### **DO PRESIDENTE DO COMITÊ**

Art. 10 Compete ao Presidente do CORIS, sem prejuízo de outras que lhe conferirem o Estatuto ou demais normas:

- i. convocar, presidir e coordenar as reuniões do CORIS;
- ii. definir o rito e o formato de condução das reuniões do Comitê de Riscos;
- iii. marcar a data, hora e local das reuniões;
- iv. aprovar, organizar e coordenar a pauta das reuniões e a produção de material de suporte, com o apoio da Coordenação de Secretaria de Governança (COSEG);
- v. autorizar a apreciação de matérias não incluídas previamente na pauta de reunião;
- vi. convidar ou convocar para as reuniões, em nome do CORIS, os participantes julgados necessários;
- vii. assegurar a eficácia e o bom desempenho do colegiado;
- viii. encaminhar ao Conselho Deliberativo e, se for o caso, a outro órgão ou membro da administração, as análises, pareceres e relatórios elaborados no âmbito do CORIS;
- ix. praticar outros atos de natureza técnica ou administrativa necessários ao exercício de suas funções; e,
- x. cumprir e fazer cumprir o disposto neste Regimento.

## **CAPÍTULO VI**

### **DO FUNCIONAMENTO**

**Art. 11** O Comitê de Riscos reunir-se-á:

- i. ordinariamente, 1 (uma) vez por mês, conforme data, horário e local a ser definido pelo Presidente do CORIS;
- ii. extraordinariamente, por convocação de seu Presidente, sempre que julgado necessário por qualquer um de seus membros ou por solicitação do Conselho Deliberativo ou da Diretoria Executiva da FUNCEF; e,
- iii. semestralmente, no mínimo, com o titular da Diretoria de Administração e Controladoria, bem como com o Conselho Fiscal, com o Conselho Deliberativo e com o Comitê de Auditoria, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;

**Art. 12** Os integrantes do CORIS poderão ser convocados a participar de reuniões do Conselho Deliberativo, sendo facultada, a critério do Conselho, a participação dos membros na reunião por telefone, videoconferência ou outro meio que possa assegurar sua participação efetiva, a autenticidade, a segurança e o sigilo inerentes.

**§ 1º** As reuniões realizar-se-ão, preferencialmente, na sede da FUNCEF, ou remotamente, por telefone, videoconferência ou outro meio que possa assegurar sua participação efetiva, a autenticidade, a segurança e o sigilo inerentes.

**§ 2º** Na hipótese de participação remota, o membro do CORIS será considerado presente à reunião para todos os efeitos legais, com o devido registro em ata.

**Art. 13** As situações em que não houver unanimidade em relação aos opinamentos serão registradas em ata com as justificativas.

**Art. 14** As reuniões do CORIS deverão ser convocadas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, salvo em casos que exijam avaliação urgente. Nessa hipótese, a reunião poderá ocorrer de forma extraordinária, mediante convocação do seu Presidente.

**§ 1º** As reuniões deverão contar preferencialmente com a presença da totalidade de seus membros, podendo, em circunstâncias excepcionais e devidamente justificadas, ocorrer com a presença da maioria de seus membros.

**§ 2º** Poderão ser realizadas reuniões eletrônicas, nas quais os membros do CORIS se manifestarão por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela FUNCEF.

**§ 3º** Da convocação constarão a pauta e a documentação necessária para as reuniões do Comitê.

## **CAPÍTULO VII**

### **DO ASSESSORAMENTO AO COMITÊ**

Art. 15 O CORIS será assessorado pela COSEG, a quem compete:

- i. assessorar o Presidente do Comitê na preparação e distribuição da pauta das reuniões, com a antecedência mínima estabelecida neste Regimento Interno;
- ii. agendar, convocar e secretariar as reuniões;
- iii. encaminhar documentos para análise dos membros do Comitê;
- iv. elaborar atas e memórias das reuniões;
- v. organizar e manter sob sua guarda, de forma organizada, toda a documentação relativa às atividades desenvolvidas pelo CORIS, de modo a estarem disponíveis para atendimento a eventuais demandas da administração da FUNCEF, auditorias (interna e externa) e órgãos reguladores, de controle e fiscalização; e,
- vi. desenvolver outras atribuições necessárias ao funcionamento do Comitê e ao assessoramento de que trata o caput.

Parágrafo único. As atas das reuniões serão assinadas pelos membros do Comitê de Riscos presentes às reuniões, registrando os ausentes, bem como a eventual participação extraordinária de convidados às reuniões do Comitê.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO**

Art. 16 O CORIS realizará anualmente sua avaliação de desempenho, dando conhecimento ao Conselho Deliberativo, sem prejuízo da avaliação do Comitê pelo próprio Conselho, nos termos das diretrizes exaradas pelo Conselho Deliberativo e aplicadas as disposições do Estatuto FUNCEF.

## **CAPÍTULO IX**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 17 Os casos omissos e as dúvidas acaso existentes neste Regimento serão dirimidos pelo Conselho Deliberativo, que poderá promover as modificações que julgar pertinentes, observadas, subsidiariamente, além das disposições estatutárias, as emanadas pelos órgãos reguladores e legislação correlata.

Art. 18 Este Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

*Este Regimento Interno foi aprovado pelo Conselho Deliberativo, conforme Resolução/Ata CD nº 049/628 – Errata, de 22/08/2022, com vigência a partir de sua publicação, e atualizado pelo Conselho Deliberativo, conforme Resolução/Ata CD nº 075/754, de 19/12/2025 a 30/12/2025.*